

Alberto César Araújo/Folha Imagem



Lixo atirado no porto de São Raimundo, em Manaus, ameaça o rio Negro

João Cruz



José Machado, entre Bosco (E) e Mauro, debate os dez anos da Lei de Águas

Esgoto doméstico e lixo industrial ameaçam rios

Apesar de avanços na política de recursos hídricos, os rios brasileiros continuam ameaçados pela poluição causada por esgoto doméstico e lixo industrial, alertou José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas, em debate promovido pelo Interlegis. **Página 8**

Redução da idade penal pode ser votada na CCJ

Comissões de Constituição e Justiça e de Infra-Estrutura examinam amanhã cinco projetos que visam combater a criminalidade no país

A proposta de antecipação da maioria penal para 16 anos em caso de crimes graves é considerada a mais polêmica do pacote antiviolência. O senador Demostenes Torres deve apresentar projeto substitutivo a seis propostas de emenda constitucional que tratam do tema. A CCJ pode ainda decidir amanhã sobre a atribuição de competência a juiz para decretar perda de cargo de funcionário público corrupto; o monitoramento eletrônico de presidiários

em liberdade condicional; e a determinação de que os presos condenados trabalhem para garantir sua subsistência. Esses projetos são de Demostenes, Aloizio Mercadante, Magno Malta e Marconi Perillo. Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura analisa projeto determinando que as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação, e não só de celulares, nas penitenciárias estaduais e federais. **Página 4**

Reunião decide hoje futuro da CPI do Apagão Aéreo **Página 3**

Paim: acidentes de trabalho afetam 500 mil por ano **Página 7**

Governo quer simplificar impostos

A reforma tributária a ser enviada ao Congresso Nacional no meio do ano simplificará o sistema de tributos indiretos e reduzirá a sonegação. A promessa foi feita pelo secretário de Política Econômica, Bernardo Appy, na Subcomissão da Reforma Tributária. **Página 5**



Marcelo Vaz

Jereissati (D) preside reunião em que Appy promete desonerar cesta básica



Lupi debate amanhã, em audiência da CDH e da CAS, restrição presidencial a parte do projeto que criou a Super-Receita

Ministro do Trabalho discute no Senado veto à Emenda 3

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, comparece amanhã ao Senado para discutir com os parlamentares, a partir das 14h, o veto presidencial à Emenda 3 do projeto de lei que criou a Receita Federal do Brasil – a chamada Super-Receita.

O tema será debatido em audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), conforme requerimento dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC).

De acordo com a Emenda 3, os

auditores fiscais ficam impedidos de decidir se contratos entre uma empresa e uma prestadora de serviço formada por apenas uma pessoa escondem uma relação trabalhista, e de determinar a punição em tais casos. Apenas a Justiça do Trabalho pode desempenhar tal função.

A lei que criou a Super-Receita (Lei 11.457), sancionada pelo presidente Lula no dia 16 de março, unificou as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, mas a Emenda 3, apresentada pelo Congresso ao projeto, foi vetada pelo Executivo.

Plenário presta homenagens ao Dia do Exército e ao aniversário da UnB

Os senadores reúnem-se amanhã em sessão especial, a partir das 10h, com a finalidade de comemorar o Dia do Exército Brasileiro – celebrado em 19 de abril.

A homenagem é uma iniciativa de Edison Lobão (DEM-MA).

As homenagens pelo Dia do Exército serão feitas pelos líderes partidários no Senado ou pelos parlamentares que eles indicarem. A data é uma referência ao 19 de abril de 1648, dia da vitória brasileira na 1ª Batalha de Guararapes, travada onde hoje é o estado de Pernambuco, em que forças comandadas pelos portugueses Dias Cardoso e Fernandes Vieira,

ao lado do índio Felipe Camarão e do negro Henrique Dias, entre outros, venceram as tropas de ocupação holandesas.

45 anos da UnB

O Senado também irá homenagear amanhã os 45 anos da Universidade de Brasília (UnB), comemorados em 21 de abril. Para isso, foi reservada a hora do expediente, a partir das 14h, por requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador foi eleito reitor da UnB em 1984, na primeira eleição direta para a Reitoria, que contou com a participação de 80% do corpo docente e 64% dos estudantes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Seis MPs e dois projetos de lei obstruem pauta

A sessão deliberativa começa às 14h. Seis medidas provisórias e dois projetos de lei da Câmara que tramitam em regime de urgência trancam a pauta de votações. Entre as MPs está a 338/06, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 7,45 bilhões em favor de estatais; o projeto de lei de conversão (PLV 4/07) à MP 335/06, editada para agilizar a regularização fundiária de terrenos da União; e o PLV 7/07 (oriundo da MP 339/06), que visa regulamentar o Fundeb.



CAE analisa indicação para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 9h para debater pauta de nove itens. Entre eles, duas mensagens presidenciais referentes a autorização para contratação de créditos externos pleiteados pelo

governo da Bahia e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda será analisada a indicação do economista Mário Gomes Torós para exercer o cargo de diretor do Banco Central.

Subcomissão de Resíduos Sólidos elege seu presidente

Logo após a reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), haverá a instalação da Subcomissão Tem-

porária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a eleição do presidente e do vice do novo colegiado. A subcomissão tem entre seus

objetivos analisar as consequências ambientais e sociais dos chamados lixões e propor formas de substituí-los por aterros sanitários.



Isonção de impostos para instrumentos musicais

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social reúnem-se para debater proposta de isenção de impostos para a importação de instrumentos musicais. Estão entre os convidados o presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, Alberto Bertolazzi; a secretária-adjunta para Assuntos Aduaneiros da Receita Federal, Clecy Maria Lionço; e o músico Roberto Frejat.

Política pesqueira e informações sobre impostos em análise na CMA

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) reúne-se às 11h30 para votar substitutivo apresentado ao projeto de lei que trata da política pesquei-

ra nacional e regula a atividade pesqueira (PLC 29/03). A CMA também deverá votar substitutivo a projeto que torna obrigatória a discriminação, nas notas fiscais, do

valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais embutidos no preço final de mercadorias e serviços (PLS 174/06).

Renan recebe poloneses

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe às 12h o presidente do Senado da Polônia, Bogdan Borusewicz, e 60 empresários daquele país que visitam o Brasil para participar do Fórum Bilateral Brasil-Polônia e buscar oportunidades de negócios no país.

Exposição

Segue até o dia 27, na Senado Galeria, a mostra Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, composta de gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino, que comemorou, em 2006, dez anos de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Sibá Machado, João Durval e Mão Santa



Mozarildo: BNDES contribui para aprofundar desigualdades regionais

Mozarildo cobra investimentos fora do eixo Sul-Sudeste

Em discurso no Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou ontem do governo federal mais investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para que a desigualdade regional seja diminuída. Essas três regiões, acrescentou o senador, são as que menos recursos recebem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele informou que, nos últimos anos, 80% dos recursos do banco foram destinados para as regiões Sul e Sudeste.

– Isso é um despatúrio! Como podemos admitir que um banco controlado pelo governo federal contribua para o aprofundamento das desigualdades regionais? – reclamou.

O senador disse que a desigualdade entre as regiões brasileiras ainda é muito grande, o que atrapalha o desenvolvimento do país como um todo. Para ele, o Brasil só será uma nação justa quando as regiões menos desenvolvidas do país tiverem a devida atenção por parte do governo federal.

– Não vai bem uma nação na qual uma pequena parcela do seu povo nada em abundância, enquanto milhões sofrem os suplicios da mais profunda penúria. A instabilidade e as turbulências farão parte fatalmente do seu cotidiano – advertiu.

Vigilância

Mozarildo cobrou do governo federal a proteção do “patrimônio nacional contido na Amazônia” por meio de vigilância das fronteiras, controle das organizações internacionais que atuam na floresta e “presença atuante do Estado brasileiro”.

– Tem faltado uma mínima disposição do governo federal em fomentar o desenvolvimento dessa região que é hoje tão cobiçada internacionalmente – opinou.

Em apertes, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Sibá Machado (PT-AC) e Mário Couto (PSDB-PA) elogiaram o pronunciamento do colega.

Encontro deve decidir se requerimento da oposição cumpre requisitos exigidos pelo Regimento Interno do Senado para se promover investigação

Renan debate hoje com líderes futuro da CPI do Apagão Aéreo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir-se hoje, às 15h, com os líderes partidários para discutir a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) requerida pela oposição para investigar o chamado apagão aéreo. Junto com os líderes, o presidente do Senado deve decidir se o requerimento da oposição cumpre os requisitos exigidos pelo Regimento Interno para a investigação. Prevista para ter 13 senadores (provavelmente sete do governo e seis da oposição), se instalada, a CPI terá 180 dias para trabalhar.

O requerimento entregue à Mesa na semana passada pelo líder do DEM, José Agripino (RN), tem a assinatura de 34 dos 81 senadores e define o seguinte objeto de investigação: “as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país,



Renan Calheiros ouve líderes: comissão poderá trabalhar por 180 dias

evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, e que tiveram seu ápice na paralisação dos controladores de voo em 30 de março”.

Fatos

Se o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir esta semana que é direito da minoria instalar também uma CPI do Apagão Aéreo na Câmara, as duas Casas do Legislativo poderão passar os próximos seis meses dedicadas a

essas investigações. A operação para requerer a instalação da CPI no Senado, enquanto o STF decidia se autorizava a iniciativa na Câmara, foi conduzida pelo DEM e pelo PSDB, amparados no entendimento de que, por ser mais forte no Senado, a oposição teria mais condições de fazer uma investigação com maior profundidade.

O requerimento de instalação da CPI no Senado lista seis fatos específicos para serem investigados: o acidente da Gol; as greves e operações-padrão dos controladores de voo; os gastos da Infraero com a modernização dos terminais; as panes em equipamentos e no sistema de radares do Cindacta-1; e a execução orçamentária do programa de segurança de voo; além dos transtornos registrados nos principais aeroportos do país. O mesmo requerimento prevê uma dotação orçamentária de R\$ 200 mil para essas investigações.

Sibá insiste em fim da reeleição e mandato de cinco anos no Executivo

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem a aprovação de duas propostas de emenda constitucional, de sua autoria, que estabelecem a extinção da reeleição e a obrigação de mandato de cinco anos para cargos no Executivo (PEC 41/03) e a coincidência de mandatos nas eleições para cargos do Executivo (PEC 20/04).

De acordo com o senador, as medidas visam aperfeiçoar, viabilizar financeiramente e dar maior credibilidade às eleições, “evitando-se sua banalização”, que ocorre, segundo analisou, em função da prática de uma eleição a cada dois anos.

– A proposta do fim da re-

eleição é histórica e republicana. No caso atual, visa diminuir a possibilidade do uso da máquina pública por ocupantes de cargos do Executivo – argumentou, em pronunciamento feito ontem.

Sibá Machado ressaltou que, em relação à proposta de coincidência de mandatos, seu objetivo é abrir um debate sobre o aperfeiçoamento da governabilidade, permitindo economizar nos gastos das campanhas.

O parlamentar sustentou que, para o eleitor, essa medida significa menos gastos com deslocamentos nas eleições e redução do custo eleitoral total.

– A economia resultante da adoção dessa proposição não deve



Sibá afirma que suas propostas visam dar maior credibilidade às eleições

ser menosprezada. A Associação de Municípios Paranaenses fez uma estimativa dos gastos com o pleito do ano 2000 e chegou à conclusão de que foram despendidos no país nada menos que R\$ 6 bilhões naquele ano – reforçou Sibá Machado, lembrando ainda que, em decorrência de eleições seguidas, os planos de governo acabam sendo prejudicados.

Recital no Senado homenageia Dia Mundial da Voz

Em homenagem ao Dia Mundial da Voz, celebrado em 16 de abril, o Senado promoverá amanhã um recital no Salão Nobre, a partir das 17h30. A iniciativa é do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Vão se apresentar a soprano Denise Tavares, a pianista Beatriz Salles e o maestro David Junker. O programa inclui as canções Summertime, de George Gershwin; um trecho de Elijah, de Felix Mendelssohn;

Quem sabe?, de Carlos Gomes e Bittencourt Sampaio; O mio bambino caro, de Giacomo Puccini; um trecho de O fantasma da ópera, de Andrew Lloyd Webber; e Bachianas brasileiras nº 5, de Heitor Villa Lobos.



Leomar Quintanilha lembra os 18 anos de criação do estado do Tocantins

Quintanilha aponta vantagens da redivisão territorial

Ao lembrar os 18 anos de criação do estado do Tocantins, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que a redivisão territorial do Brasil é “imperativa e inadiável”. Ele assinalou que a ausência do governo em regiões remotas faz a população sofrer muito por carências básicas e que a criação de novos estados permitiria a participação dessas regiões no desenvolvimento econômico do país.

Quintanilha citou o exemplo do Tocantins, que em 2006 conseguiu exportar US\$ 158,691 milhões em produtos agropecuários, com destaque para soja, arroz, milho e o chamado “boi verde”. Observou que o estado consome apenas pouco mais de 10% da energia elétrica que produz, tornando-se um exportador nessa área também e atraindo bilhões de reais em investimentos.

O senador afirmou ainda que os tocantinenses comemoram o 18º aniversário com mais de 6 mil quilômetros de estradas pavimentadas, universalização da educação e da saúde e a continuação das obras da ferrovia Norte-Sul.

– O Tocantins é permanentemente grato aos constituintes de 1988 pela oportunidade de lutar com nossas próprias forças e estratégias por uma participação justa no processo de desenvolvimento do Brasil – frisou.

Benefício

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que, antes de se tornar estado, a região do Tocantins era responsável por apenas 4% da arrecadação do estado de Goiás. Ele também citou os casos do Distrito Federal e de Mato Grosso do Sul como exemplos de que a redivisão territorial é benéfica para todos. Mão Santa (PMDB-PI) observou que, quando governou o Piauí, criou 78 municípios, e os índices estaduais, que eram os piores do Nordeste, melhoraram e hoje são superiores aos índices do Maranhão, da Paraíba e de Alagoas.

Controle eletrônico no regime aberto é aceito por relator

A utilização de pulseira eletrônica pelo preso condenado que se enquadra no regime aberto e para aquele que obtiver livramento condicional poderá ser obrigatória caso seja aprovado o projeto de Magno Malta em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

A proposta (PLS 175/07), que integra o pacote antiviolença, altera a Lei de Execução Penal (7.210/84), em seu artigo 36, e o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), em seus artigos 115 e 132. O relator na CCJ, senador Demostenes Torres, apresentou parecer favorável à aprovação do texto, com emendas.

Na justificativa de sua proposta, Magno Malta afirma que países como Estados Unidos, França e Portugal já utilizam o monitoramento do condenado por meio da pulseira ou tornozeleira eletrônica como forma de controle das pessoas submetidas ao regime aberto.

A Comissão de Justiça deve apreciar ainda o projeto de Aloizio Mercadante que também prevê o uso de controle eletrônico (PLS 165/07). O senador propõe que, quando da decretação de prisão preventiva, “e havendo comprovação nos autos de efetivo risco de fuga do acusado”, a medida cautelar de prisão poderá ser substituída “pela liberdade vigiada por monitoramento eletrônico”.

Mercadante esclarece, no entanto, que a medida não pode ser aplicada em casos de crime hediondo. O projeto tem o voto favorável, com emendas, do relator Demostenes Torres.



Medida é adotada em Portugal, França e EUA, diz Magno Malta

Substitutivo que determina maioria penal aos 16 anos para casos de crimes graves deve mobilizar debates em reunião da CCJ, que retoma votação das propostas integrantes do pacote antiviolença



Comissão de Justiça dá continuidade a esforço iniciado na semana passada a fim de votar conjunto de projetos para conter a violência no país

Comissão de Justiça analisa amanhã proposta de redução da idade penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dará continuidade, amanhã, ao esforço iniciado na semana passada com o objetivo de votar o pacote antiviolença. A proposta considerada mais polêmica, e que deverá ocupar a maior parte da reunião, é a que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos de idade.

Demostenes Torres (DEM-GO), relator na comissão, irá apresentar substitutivo a seis propostas de emenda à Constituição (PECs 18/99, 20/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04) que tratam da maioria penal. O texto, adiantou o senador, antecipa a idade para 16 anos apenas em casos de crimes graves, como tráfico de drogas, tortura e latrocínio (roubo seguido de morte).

Outro projeto considerado importante no combate à criminalidade, e que deverá ser votado em decisão ter-

minativa também na reunião de amanhã, é o do senador Demostenes que dá competência ao juiz para decretar a perda do cargo, emprego ou função do funcionário público corrupto (PLS 138/07) durante o processo que julgar o crime atribuído ao servidor.

O parlamentar esclareceu que a perda do emprego, entretanto, somente se dará após o juiz receber a devida ação penal com as provas necessárias para apontar o crime e a autoria. Em contrapartida, o acusado, de acordo com o projeto, terá 15 dias para se defender. Caso haja absolvição, o funcionário será reintegrado ao emprego e terá garantidos todos os seus direitos.

Monitoramento

Os membros da CCJ devem votar ainda, em decisão terminativa, dois projetos – PLSs 165/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP), e 175/07, de Magno Malta (PR-ES) – que estabe-

lecem monitoramento eletrônico de presidiários que se beneficiarem de saídas temporárias ou de liberdade condicional.

Na semana passada, o governador de São Paulo, José Serra, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, projeto que prevê a utilização, pelos presos que se encaixam nas regras do regime aberto, de pulseira monitorada eletronicamente. Na opinião de Serra, o uso da pulseira eletrônica é eficaz e não causa constrangimento ao prisioneiro. O sistema, observou, já é adotado pelos Estados Unidos.

Também consta do pacote antiviolença, entre outros, projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) determinando que os presos condenados passem a produzir seu próprio sustento alimentar, ou seja, realizem trabalho de subsistência (PLS 155/07).

Fundo poderá pagar por bloqueador de celular em presídio

Projeto determinando que as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação, e não só de celulares, nas penitenciárias estaduais e federais pode ser votado amanhã pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

De autoria do então senador Rodolpho Tourinho, o projeto (PLS 137/06) foi relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que apresentou substitutivo alterando a lei que trata do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, o Fistel (Lei 5.070/66), para incluir, na destinação de seus recursos, a instalação dos bloqueadores nas penitenciárias, além de manutenção e adequação tecnológica.

Segundo o relator, o custo estimado

de instalação dos bloqueadores é de R\$ 300 mil para cada um dos mil presídios do país. Com as despesas sendo cobertas pelo Fistel, explicou, evita-se que o consumidor seja onerado, o que ocorreria se o custo fosse bancado pelas operadoras conforme previa a proposta.

Demostenes Torres (DEM-GO) apresentou voto em separado pela aprovação do texto original do projeto, que impõe às próprias operadoras a obrigação de bloquear seu sinal no interior das penitenciárias. A votação da matéria na semana passada foi adiada por não haver quórum para uma decisão terminativa. O presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), disse haver um compromisso do Senado para examinar a proposta, que

tem amplo respaldo da sociedade por tratar de instrumento vital no combate ao crime, uma vez que impede a comunicação dos presos com membros das quadrilhas que se encontrem fora das penitenciárias.

Outra matéria terminativa na pauta da Comissão de Infra-Estrutura é o PLS 264/04, que altera a Lei 6.766/79 para determinar que a pavimentação de vias urbanas só seja feita após a implantação de infra-estrutura básica: equipamentos de escoamento de águas pluviais; iluminação pública; redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável; e redes de energia elétrica pública e domiciliar. A partir da aprovação da proposição, a pavimentação passa a ser considerada parte da infra-estrutura básica.

Crivella elogia integração contra crime organizado

O anúncio, feito pelo governo federal, de criação do Centro Integrado e Compartilhado de Combate ao Crime Organizado (Cicor), que funcionará na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, foi comemorado por Marcelo Crivella (PRB-RJ) como “uma luz no fim do túnel” para a superação da violência no estado.

O Cicor será integrado por representantes da Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar. Segundo Crivella, ainda esta semana será feita licitação para execução das obras e compra de equipamentos necessários à instalação do centro, cujo custo ficará em torno de R\$ 9 milhões.

– Serão comprados equipamentos de informática, que se ligam com satélites para localização de investigados. Serão equipamentos de ponta vindos de Israel, de polícias internacionais, com poder de grampear telefonemas. Tudo isso, claro, com prévia autorização da Justiça. Vamos criar também algo que nós, do Rio de Janeiro, já pedimos há muito tempo: um banco de vozes – ressaltou.

Crivella explicou que as vozes de pessoas envolvidas no crime organizado serão gravadas em um banco de dados para facilitar a identificação. O Cicor poderá ter acesso a extratos de contas bancárias, cruzamentos de CPFs, impressões digitais e processos judiciais. Esses meios, destacou, permitirão ampliar as investigações sobre os que comandam o crime organizado.



Criação de serviço na unidade da PF no Rio foi saudada por Crivella

Gilvam cobra reformas política e tributária

O senador Gilvam Borges (AP) anunciou ontem da tribuna que, juntamente com outros parlamentares do PMDB, vai se encontrar hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que pretende defender as reformas política e tributária como agenda estratégica para o desenvolvimento do país. Gilvam é a favor da reeleição para a Presidência da República e contrário ao parlamentarismo.

– O presidente Lula não poderá perder a oportunidade de pautar, juntamente com as lideranças do Congresso, a reforma política. Acredito que essa seja uma necessidade estratégica – ponderou.

Gilvam disse que acabar com o instituto da reeleição seria “uma agressão à democracia”. Quanto ao parlamentarismo, argumentou que, se esse sistema fosse instituído no Brasil, o “despreparo da classe política levaria à queda do primeiro-ministro de seis em seis meses”.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ter muitas dúvidas sobre o parlamentarismo e que o país não precisa seguir o exemplo de outras nações, mesmo que essas “tenham sido bem-sucedidas em suas experiências parlamentaristas”.

Gilvam informou ainda o início das obras da BR-165 em trechos entre o estado do Amapá e o Pará, pelas quais, disse, vem lutando desde 1988. Segundo o senador, foram liberados R\$ 186,1 milhões para a construção e pavimentação. Ele também comunicou a liberação de R\$ 30 milhões do Orçamento federal para a Perimetral Norte.

Mônica Kulture



Gilvam defende a reeleição e critica o parlamentarismo

Na reunião de hoje, comissão deve examinar propostas sobre direitos de acionistas, restrição de recurso pela Fazenda Pública, incentivo à doação de livros e atualização de cadastro do Incra



Colocação de títulos brasileiros no exterior será tema da discussão entre os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos e o secretário do Tesouro

CAE debate evolução da dívida e vota nome para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 9h, para debater com o secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio José Massote de Godoy, a evolução da dívida pública e a colocação de títulos brasileiros no exterior. Em seguida, às 10h30, o colegiado vota mensagem da Presidência da República que submete à apreciação do Senado a indicação de Mario Gomes Torós para exercer o cargo de diretor do Banco Central, em substituição a Rodrigo Telles da Rocha Azevedo.

Na segunda parte da reunião, destinada à votação de matérias, a CAE examinará nove projetos de lei, sendo o primeiro deles (PLS 11/07) o que exclui a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício.

A iniciativa, de Francisco Dornelles (PP-RJ), tem parecer favorável de Delcídio Amaral (PT-MS). O autor da matéria argumenta que a decisão

favorável ao contribuinte proferida pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal, e confirmada pelo Conselho de Contribuintes, não deve ser objeto de nova contestação pela Fazenda Pública. A seu ver, o recurso especial nesses casos somente adia uma decisão.

A CAE também vai examinar o projeto (PLS 214/06) que prevê a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem essa prerrogativa ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos (PLS 214/06). O projeto altera dispositivo da Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76). De autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta tem parecer favorável do relator, José Agripino (DEM-RN).

Isenção

Outros projetos que estão na pauta da CAE e contam com pareceres favoráveis tratam da dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física

(PLS 27/05); isenção do Imposto de Propriedade Industrial (IPI) para a aguardente de cana-de-açúcar (PLS 448/03); e atualização de banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com cadastros de áreas desapropriadas e de beneficiários, para evitar irregularidades no programa de assentamentos (PLS 180/03).

Serão votadas ainda duas operações de crédito externo. A primeira, no valor de até US\$ 100 milhões, é entre o governo da Bahia e o Banco Mundial, para financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Premar).

A segunda operação, no valor de até US\$ 50 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Europeu de Investimento (BEI), destina-se a financiar o Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito – Ala III. O relator das duas mensagens da Presidência da República é o senador Valdir Raupp, que deu pareceres favoráveis.

Governo promete “revolução” no sistema de tributos indiretos

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, trouxe ontem à noite ao Senado a promessa do governo federal de que a proposta de reforma tributária a ser enviada ao Congresso Nacional no meio do ano simplificará o sistema de tributos indiretos; reduzirá drasticamente a sonegação, sem aumento da carga tributária; desonerará a cesta básica; acabará com a guerra fiscal; e elevará os investimentos, melhorando ao mesmo tempo as bases do desenvolvimento regional.

– Será uma revolução – resumiu Appy, durante reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

De acordo com o secretário, a diferença entre essa proposta e a anterior é que a criação do mecanismo de nota fiscal eletrônica e a percepção de prejuízo para todos com a guerra fiscal criaram as condições para as mudanças que estão sendo estudadas.

– Falta agora obtermos o maior consenso possível entre as esferas federal, estadual e municipal, os empresários e a classe política – observou Appy.

Entre as questões pendentes está a competência para a cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estadual. Do ponto de vista da racionalidade do sistema, o ideal é que o imposto seja cobrado no estado de destino, mas a cobrança de uma fração no estado de origem do produto

poderia estimular a fiscalização.

Basicamente, o governo pretende substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estadual) e o Imposto sobre Serviços (municipal) por um IVA estadual. Os quatro impostos federais indiretos – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o Programa de Integração Social (PIS) – seriam substituídos por um IVA federal. No caso do IVA estadual, ainda é incerto que os prefeitos aceitem a incorporação ao tributo estadual, o que limitaria a mudança ao ICMS.

Frente parlamentar defende direitos dos contribuintes

Será lançada amanhã, às 8h30, a Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte. O grupo, de caráter suprapartidário, pretende trabalhar pelo respeito às prerrogativas dos cidadãos brasileiros e pela aprovação do projeto de lei complementar (PLP 38/07) da Câmara dos Deputados que institui o Código de Defesa dos Direitos do Contribuinte.

Integrarão a frente os senadores Augusto Botelho (PT-RR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Fernando Collor (PTB-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Francisco Dornelles (PP-RJ), João Tenório (PSDB-AL), Kátia Abreu (DEM-TO), Paulo Paim (PT-RS), Renato Casagrande (PSB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR), além de diversos deputados.

O evento terá início com um café da manhã, seguido de discurso do presidente do grupo e autor da proposta do código, deputado Sandro Mabel (PR-GO). Na ocasião, o presidente do Instituto de Estudos do Direito do Contribuinte, professor Édison Freitas de Siqueira, será homenageado.

Também devem fazer pronunciamentos os convidados especiais Cezar Britto, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Paulo Skaff, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Maria das Graças Santos, presidente da Associação das Donas-de-Casa de Goiás; Sussumu Honda, presidente da Associação Brasileira de Supermercados; Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); e Carlos Levandowski, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CDL). A solenidade de instalação da frente ocorrerá no 10º andar do anexo IV da Câmara.



Mercadante sugere redução de um dia da pena para cada 20 horas de estudo

Mercadante propõe pena menor a presos que estudarem

Tramita no Senado projeto de lei que prevê a redução da pena do condenado que se dedicar ao estudo. A proposta, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), determina que o preso que estiver em regime fechado ou semi-aberto poderá diminuir um dia de sua pena para cada 20 horas de estudo – estas, porém, têm de ser divididas em, no mínimo, quatro dias.

Além desse estímulo, a matéria (PLS 164/07) propõe outro: para quem concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, o tempo a ser reduzido ganhará um acréscimo de um terço.

Essa proposição havia sido apresentada ao Congresso Nacional em março deste ano, mas no mês passado foi lido um requerimento para que a matéria tramite em conjunto com outro projeto de lei, o PLC 95/02, de autoria do deputado federal Paulo Rocha (PT-PA), o qual trata da mesma questão. O requerimento ainda será apreciado no Plenário do Senado.

Estudo e trabalho

Na justificção de sua proposta, Mercadante argumenta que o tempo de pena reduzido com o estudo poderá ser somado ao tempo reduzido com o trabalho. Atualmente, a Lei 7.210/84 (também conhecida como Lei de Execução Penal) estabelece que a cada três dias de trabalho o condenado pode diminuir um dia de sua pena.

O senador diz ainda que “a educação, assim como o trabalho, é uma forma de integração social e, como tal, deve ser estimulada no sistema prisional brasileiro”. Ele afirma que “tais atividades, além de estimular o pensamento e a auto-estima, preparam o condenado para o exercício de determinado ofício ou mesmo profissão”.

O PLS 164/07 propõe a alteração dos artigos 126, 127 e 128 da Lei de Execução Penal.

Comissão examina parecer a propostas que garantem benefícios fiscais a empresas. Também em pauta projeto que estabelece prioridades na aplicação de recursos do BNDES

Incentivos para contratação de empregados com mais de 40 anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar amanhã parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a cinco projetos de lei que tramitam em conjunto e garantem benefícios fiscais a empresas para incentivar a contratação de trabalhadores com mais de 40 anos de idade. A reunião da CAS terá início às 11h.

O relator rejeitou quatro das propostas – PLS 103/03, 461/03, 83/05 e 178/05 –, mas foi favorável ao projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que assegura incentivos fiscais a pessoas jurídicas que possuam, no mínimo, 30% dos empregados com idade superior a 40 anos (PLS 103/99). De acordo com o texto, as empresas poderão deduzir do lucro tributável, para fins de cálculo do Imposto de Renda, até 25% do montante dos



Relator de cinco projetos, Valadares é favorável apenas ao de Jefferson Péres

salários e encargos sociais pagos a seus empregados, observado o limite de 15% do lucro antes de computada a referida dedução.

Outra matéria na pauta da CAS é a proposição do senador Osmar Dias (PDT-PR) que determina que, no mínimo, 85% dos recursos disponíveis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social (BNDES) sejam destinados ao financiamento em empresas de capital nacional. O relator, senador Fernando Collor (PTB-AL), é favorável à proposta (PLS 35/07) nos termos de um substitutivo. O texto de Collor prevê que aquele percentual mínimo deve ser aplicado no financiamento de pessoas jurídicas de direito privado, cujo capital social pertença majoritariamente a brasileiros, e de entidades de direito público interno.

Também em pauta requerimento dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC) solicitando audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a Emenda 3, apresentada ao projeto de lei que criou a Super-Receita. A secretaria da CDH já agendou a audiência para as 14h de amanhã.

Mário Couto alerta para números de casos de malária e dengue no Pará

Depois de cobrar a elaboração do PAC da segurança, que deverá ser lançado pelo governo Lula até junho, Mário Couto (PSDB-PA) reivindicou ontem um pacote de medidas semelhantes para a saúde. Para endossar seu pleito, o senador apresentou dados publicados pelo jornal O Liberal sobre a incidência de malária e dengue no Pará. Em 2005, a malária fez 120.785 vítimas no estado. Já em relação à dengue, o estudo revelou que, a cada sete dias, cem novos casos são registrados em Belém.

Mário Couto considerou inacreditável a incidência de malária em Anajás, município de 20 mil habitantes na Ilha de Marajó. Segundo O Liberal, foram contabilizados 11 mil casos na cidade em 2005. O parlamentar se insurgiu ainda contra secretários do governo Ana Júlia Carepa, que teriam declarado ao jornal não saber se há ou não epidemia de dengue no Pará.

– Isso dá uma sensação de incompetência e irresponsabilidade – reclamou.

Mário Couto informou que ape-



Mário Couto cobra elaboração de PACs para a segurança e a saúde

nas 28 dos 146 municípios do Pará receberam verbas federais para combate à dengue. Além de protestar contra o reduzido número de cidades atendidas, ele criticou os valores repassados, como os R\$ 2.304 destinados a Anapu.

Tião Viana elogia atuação da Rede Sarah de Hospitais

Tião Viana (PT-AC) parabenizou ontem, em Plenário, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação pelo bom atendimento na área de traumas ortopédicos e de reabilitação em vários municípios brasileiros. O senador citou dados divulgados no balanço de atividades do hospital em 2006, demonstrando eficiência em vários itens como



Atendimento é gratuito e nível de satisfação atinge 98%, destaca Viana

número de atendimentos, taxa de ocupação de leitos e controle de infecções.

– Isso traz uma confiança muito grande no serviço

público. Ali a atividade é de inteira gratuidade e o nível de satisfação é da ordem de 98% – afirmou.

Tião Viana destacou o baixo custo por atendimento prestado pela Rede Sarah em comparação com o dos mesmos serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele lembrou que a instituição, contando com apenas 281 médicos e somente 1.200 leitos, atende a 3.618 municípios do país e tem elevada percentagem de usuários de baixo poder aquisitivo, com renda entre dois e quatro salários mínimos.



Marconi Perillo: produção de alimentos pelos presos reduziria custo para Estado

Projeto obriga detento a fazer seu próprio alimento

Projeto de lei do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) obriga os presos condenados a produzirem seu próprio sustento alimentar. Conforme a proposta, além de ser educativo e produtivo, o trabalho do condenado também deve ter a finalidade de subsistência.

A iniciativa determina que o estabelecimento penal fornecerá o alimento quando o trabalho de subsistência for insuficiente. Essa atividade, condicionada às aptidões e capacidades do preso, não será remunerada.

Na justificção do projeto (PLS 155/07), o senador argumenta que a produção de alimentos pelos presos contribuiria para reduzir o alto custo para o Estado, além de agregar valor social ao cumprimento da pena. Marconi fundamenta sua proposta nos termos do artigo 31 da Lei Penal e nas disposições adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), contidas nas convenções 29, de 1930, e 105, de 1957, que estabelecem exceções ao que é considerado “trabalho forçado”.

O senador cita pesquisa do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em que menos da metade dos presos trabalham. Ele menciona também informações do jornal Folha de S. Paulo segundo as quais a população carcerária do Brasil dobrou entre os anos de 1995 e 2003. “Dados do Depen mostram que 385.317 presos estavam cumprindo pena no Brasil até 2006. Embora o número seja menor do que o registrado em 2005 (cerca de 24 mil detentos a menos), a situação é considerada alarmante, uma vez que o déficit de vagas no sistema prisional é de cerca de 194 mil. Ou seja, o custo para o Estado tem sido muito alto”, argumenta o senador.

A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

No Dia Mundial do Livro, Maciel pede mais bibliotecas públicas

Ao destacar o Dia Mundial do Livro – data instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e celebrada ontem –, Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a ampliação do número de bibliotecas públicas, “que são indispensáveis para que haja o leitor e, por sua vez, para que brote um número cada vez maior de escritores, cientistas, tecnólogos e pesquisadores”.

– Infelizmente, ainda é pequena a quantidade de bibliotecas no país, sobretudo nas regiões mais pobres – disse.

O senador afirmou que o brasileiro lê em média 1,8 livro por ano, enquanto na França esse índice é de 7 e, na Colômbia, de



Fotos: Gerardo Magaña

Maciel considera a publicação de livros importante para fortalecer a democracia

2,4. Para Maciel, a publicação de livros fortalece a democracia, especialmente no que se refere à liberdade de expressão. “Além disso, o livro contribui para a vertebração da identidade nacional”, frisou.

Estande do Senado foi destaque na 8ª Bienal do Livro da Bahia

O Senado participou, de 11 a 23 de abril, da 8ª Bienal do Livro da Bahia. Durante o evento, o vice-coordenador da Comissão de Feiras do Livro e diretor do Prodasen, Evaldo Gomes Carneiro Filho, entregou à diretora do Centro Pedagógico para o Deficiente Visual da Bahia, Valdelice Duarte, uma edição do Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa em braile, publicado pelo Senado, e ressaltou a importância que a Casa tem dado às pessoas com deficiência.

Os livros mais vendidos no estande do Senado foram a

Constituição federal; Hannah Arendt e o Declínio da Esfera Pública, de Nerione Cardoso Júnior; Introdução à Ciência Política, de Octaciano Nogueira; e o Manual de Padronização de Textos. Na exposição de documentos raros do Senado, os destaques foram a Lei Áurea e a carta de renúncia do ex-presidente Jânio Quadros.

O coordenador da Comissão de Feiras do Livro, Júlio Werner Pedrosa, que é diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, considerou a participação do Senado no evento “um sucesso”.

João Pedro parabeniza governo pelo programa Arca das Letras

O programa de incentivo à formação de bibliotecas rurais Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi elogiado por João Pedro (PT-AM). O senador narrou sua participação na instalação de bibliotecas em comunidades do Amazonas durante o último fim de semana, e informou que o Arca das Letras já implantou mais de 3.500 bibliotecas rurais em todo o país desde 2003.

– A redenção dos brasileiros que vivem no campo ocorrerá no ritmo do acesso que eles terão à energia elétrica, ao crédito incentivado, à posse da terra, às tecnologias de manejo dos recursos naturais e, sobretudo, do acesso à educação, à informação qualificada e ao conhecimento. E, neste caso,



João Pedro elogia projeto que estimula a formação de bibliotecas na zona rural

o livro é ferramenta e parceiro imprescindível – disse.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) frisou que a tônica da política agrária do governo do presidente Lula é “integrar terra, trabalho e conhecimento”.

Senador propõe debate a respeito da situação dos trabalhadores nos canaviais e audiência para discutir dados do INSS e da OIT sobre acidentes profissionais e doenças laborais

Paim alerta para alto índice de acidentes de trabalho no país

Paulo Paim (PT-RS) propôs a realização de audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) para debater as doenças laborais e os acidentes de trabalho no Brasil. O senador também solicitou um debate específico sobre a situação dos trabalhadores nos canaviais – às voltas com mutilações, lesões e mortes causadas por esforço excessivo – e reivindicou a aprovação de projeto de lei de sua autoria (PLS 86/03) que tem por objetivo fortalecer as comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas).

Paim destacou reportagem da última edição da Revista do Brasil mostrando que os acidentes de trabalho no Brasil afetam, por ano, meio milhão de pessoas e



Paim reivindica aprovação de projeto de sua autoria que objetiva fortalecer as Cipas

matam cerca de três mil. Os dados citados na reportagem, informou o senador, são do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e significam um aumento de 5,6% no número de ocorrências – uma média de uma por minuto – entre 2004 e 2005.

Garibaldi quer plano permanente para desenvolvimento do Nordeste

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem, em Plenário, a adoção de um plano de desenvolvimento contínuo e permanente para o Nordeste. O senador comentou matéria do jornal O Estado de S. Paulo segundo a qual o consumo na região cresceu 143,5% nos últimos cinco anos, devendo movimentar US\$ 117,6 bilhões somente em 2007.

A notícia teve como base o estudo Brasil em Foco, da consultoria Target Marketing, a partir das contas nacionais e da estrutura de gastos dos brasileiros medida pelo Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística (IBGE). Os números, de acordo com o jornal, foram cruzados com dados de outras fontes de pesquisa.

– Esses números nos deixam otimistas, mas podem levar o governo e a própria população do Nordeste a um esquecimento daqueles que são os mais sofridos e os mais abandonados – disse o parlamentar, referindo-se às famílias humildes e aos pequenos agricultores vitimados pela seca.

Na avaliação de Garibaldi, o crescimento irregular do consumo pode reforçar a desigualdade existente na região. Segundo ele,



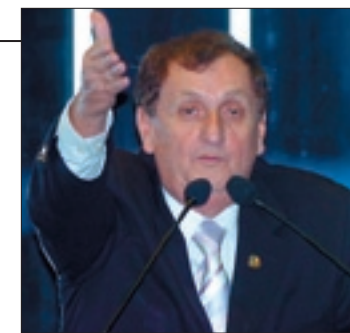
Garibaldi Alves pede esforço em favor dos pequenos agricultores atingidos pela seca

é preciso um “esforço produtivo” das autoridades do governo, capaz de beneficiar a totalidade da população do Nordeste.

– É preciso um esforço para que as pessoas mais humildes tornem-se produtivas e possam ingressar no mercado de trabalho.

Mão Santa cobra investimentos federais no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar o governo Lula por não investir no Piauí. O senador citou como exemplo o fechamento do Hotel Islamar, localizado na praia do Coqueiro, em Luís Correia. O estabelecimento, onde Lula se hospedou ano passado, fechou por falta de infra-estrutura e em razão dos altos custos da energia elétrica,



Mão Santa: hotel em que Lula se hospedou foi obrigado a fechar

segundo o jornalista Zózimo Tavares, do Diário do Povo.

Mão Santa disse conhecer bem o empreendimento, por se situar a um quilômetro da residência que mantém no litoral. De

acordo com Tavares, o dono do Islamar, José Gil, tentou em vão uma audiência com o governador Wellington Dias (PT).

O senador voltou a cobrar do presidente a construção de uma ferrovia no estado, que teria sido prometida por Lula durante a campanha, além da conclusão de um hospital em Parnaíba.

– Acho que o presidente mandou o dinheiro, mas os recursos ficaram com os aloprados do PT do Piauí, pois nenhum dormente da ferrovia foi instalado.

Mão Santa foi aparteado por Heráclito Fortes (DEM-PI).



Segundo Papaléo, situação é dramática em Palmas, Belém e Macapá

Papaléo Paes cobra providências para o controle da dengue

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem, em Plenário, o empenho das autoridades federais de saúde no controle do surto hemorrágico de dengue que vem ocorrendo em vários estados desde o começo deste ano. Quase 135 mil casos da doença já foram registrados até o final de março, conforme dados do Ministério da Saúde citados pelo parlamentar.

– Sabemos que o número efetivo, o número real, é muito maior, uma vez que a maioria das pessoas fica com febre em casa e não se dá ao trabalho de ir ao hospital ou ao posto de saúde. Ou porque não os há, ou porque o atendimento seria demorado, e as pessoas, que são racionais, preferem sofrer deitadas na cama, em casa, do que sentadas ou em pé, numa fila de atendimento – disse Papaléo.

De acordo com o senador, todos os estados brasileiros têm sido fortemente atingidos pela dengue, com exceção de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que apresentam baixos registros da doença. Nos demais, a exemplo de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e outros das regiões Norte e Nordeste, o quadro é de “gravidade generalizada”, com a situação “particularmente dramática” em algumas capitais, como Palmas, Belém e Macapá. Nesta última, a Vigilância Sanitária local já confirmou a ocorrência de 806 casos, entre 1.680 notificações.

– Conclamo as autoridades, principalmente as federais, a levarem mais a sério este grave problema de saúde pública. A dengue não é uma fatalidade, não é um castigo divino dos céus, a ela não estamos condenados. Precisamos, sim, de competência, de organização, de coordenação de esforços, de verbas chegando a tempo nos lugares certos com objetivo definido, para que nos vejamos livres dessa doença. Precisamos de racionalidade e de vontade de trabalhar em favor da população – assegurou Papaléo Paes.

Debate promovido pelo programa Interlegis analisa as dificuldades e os avanços nos dez anos da Lei de Águas e as perspectivas para a próxima década

Poluição é o principal problema dos rios, diz presidente da ANA

O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, afirmou ontem, em debate promovido pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo – programa Interlegis, por meio de videoconferência, que a poluição provocada pelos esgotos domésticos e pelo lixo industrial é ainda o principal problema dos rios brasileiros. O encontro teve como objetivo analisar as dificuldades e os avanços nos dez anos da Lei de Águas e as perspectivas para a próxima década.

José Machado declarou que o Brasil, após a entrada em vigor da Lei de Águas (Lei 9.433/97), deu “saltos olímpicos” no tratamento dos recursos hídricos, o que inclui as instituições criadas nos últimos dez anos. Com a aprovação da Lei de Saneamento (Lei 11.445/07), em janeiro último, segundo o presidente da ANA, foram estabelecidas as condições para avançar na solução do problema da poluição.

No debate, que contou com a participação de representantes de órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, afirmou que o relatório sobre águas, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, reconhece o Brasil como referência mundial em política nacional para esse setor.

– O Brasil é o único que tem po-



João Bosco Senra (E) e José Machado, no evento que ocorreu por meio de videoconferência

lítica nacional de recursos hídricos na América Latina – frisou João Bosco Senra.

A Lei de Águas, além de instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. José Machado salientou que ela representa um marco para a gestão de águas do país, reforçando os pressupostos constitucionais que estabelecem a água como bem público, e os princípios da gestão descentralizada e participativa.

Todos os 26 estados e o Distrito Federal já possuem suas respectivas leis de recursos hídricos, e,

desses, 23 já criaram conselhos de recursos hídricos. No Brasil, existem ainda, aproximadamente, 120 comitês de bacia hidrográfica em funcionamento. O debate público reforça a importância estratégica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na gestão integrada dos recursos hídricos do país, avaliou o presidente da Agência Nacional de Águas.

As discussões no Interlegis, transmitidas ao vivo pelo site www.interlegis.gov.br, foram acessíveis às assembleias legislativas e às câmaras de vereadores de todo o país. O público pôde participar enviando perguntas via e-mail.

Projeto cria regras para destinação de embalagens de produtos veterinários

Projeto de lei do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) determina que cabe aos “estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidade congêneres” responsáveis pela fabricação, importação, fracionamento e comercialização de produtos veterinários a responsabilidade sobre a destinação final das embalagens vazias e das mercadorias impróprias para consumo.

Conforme a proposição, todo esse material deverá ser encaminhado aos estabelecimentos comerciais em que foi adquirido, que, por sua vez, terão de enviá-lo ao fabricante ou importador para reciclagem ou destruição.

Na justificativa do projeto (PLS 134/2007), Jonas Pinheiro afirma que os problemas de poluição ambiental gerados pelo descarte ou reciclagem inadequados desse material “merecem maior atenção das autoridades, inclusive pelo aumento da utilização de produtos de uso veterinário, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas”.

O senador ressalta ainda a importância de delegar aos fabricantes e importadores a responsabilidade de descartar essas embalagens. Dessa forma, eles estariam livrando o usuário e o Estado de uma despesa “bastante onerosa”. Jonas Pinheiro argumenta que o projeto irá contribuir para “a melhoria dos



Jonas Pinheiro: medida reduz possibilidades de contaminação do meio ambiente

padrões de utilização dos produtos veterinários, reduzindo as possibilidades de contaminação do meio ambiente, dos animais e dos seres humanos”.

A matéria está sendo relatada pelo senador João Durval (PDT-BA) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).



João Durval sugere medidas para contornar aquecimento do planeta

João Durval: ainda é possível evitar desastre climático

João Durval (PDT-BA) avalia que o processo de grandes mudanças climáticas, desencadeado pelo aquecimento da Terra, “ainda não é irreversível”. Ele alertou para a necessidade de os países assumirem suas responsabilidades a fim de evitar desastres em poucas décadas. Para ele, será sensato que os governantes do mundo prestem atenção às advertências dos cientistas e procurem tomar medidas para contornar o aquecimento do planeta.

No caso do Brasil, o senador citou o que pode ser feito: disciplinar a exploração da Amazônia, reduzir a poluição atmosférica, revitalizar rios (como o São Francisco) e modernizar a infra-estrutura viária. Ele considera ainda fundamental a construção de barragens para geração de energia elétrica.

João Durval ponderou que não se pode paralisar o mundo “a pretexto de preservá-lo”. Com uma população crescente, que exige mais bens e serviços, a Humanidade vive uma contradição: como dar melhores condições de vida às pessoas sem esgotar os recursos que o planeta oferece?

O senador lembrou as advertências do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, anunciado em fevereiro, o qual constata que o mundo já tem 1 bilhão de pessoas expostas à severa escassez de água, enquanto 600 milhões estão sujeitas a fome em razão de secas.

– Está soando o alarme do clima terrestre? Creio que sim – alertou Durval.